



O Feminismo Interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política: reflexões a partir da experiência de um coletivo feminista

Intersectional Feminism in the articulation of academic knowledge and political action: reflections from the experience of a feminist collective

Priscila Silva de Figueiredo

 <http://orcid.org/0000-0002-6823-081X>

Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia
psfigueiredo1@hotmail.com

Valéria Soares Martins

 <http://orcid.org/0000-0002-3702-1521>

Colégio Estadual Octacílio Manoel Gomes
valeriasmartins3@gmail.com

DOI: 10.22481/odeere.v5i10.6780

RESUMO: O feminismo interseccional tem sido apontado como uma importante teoria na compreensão de como as opressões de gênero, classe e raça dentre outras, se relacionam entre si e interferem na vida de cada mulher, que acaba assim por experimentar a opressão de gênero a partir de um ponto de vista único. Além disso, a atuação de coletivos feministas tem sido fundamental na vida de mulheres, como espaços de empoderamento e de luta em prol de uma sociedade menos opressiva. Assim, apresentamos nesse trabalho o processo de adoção do

feminismo interseccional como ferramenta teórico-metodológica por um coletivo feminista da Bahia, Brasil. Para tanto, realizamos um relato das atividades desenvolvidas pelo grupo entre os anos de 2013 e 2017. Foi possível identificar o forte vínculo afetivo estabelecido entre as companheiras e como o discurso interseccional tem sido importante nesse processo e nas ações do Coletivo como um todo. Constatou-se, assim, que a utilização deste referencial pode ser poderosa no sentido de contribuir para diálogos mais inclusivos e assim mais transformadores. Corroborando, ainda, com a ideia da extrema relevância da articulação entre o feminismo acadêmico e a ação política, além de destacar os desafios da consolidação de coletivos que nascem no âmbito acadêmico.

Palavras-chave: feminismo negro, interseccionalidade, grupo de mulheres

ABSTRACT: Intersectional feminism has been pointed out as an important theory in understanding how oppressions of gender, class and race, among others, relate to each other and interfere in the life of each woman, who ends up experiencing gender oppression from a single point of view. In addition, the performance of feminist collectives has been fundamental in the lives of women, as spaces for empowerment and struggle for a less oppressive society. Thus, we present in this work the process of adopting intersectional feminism as a theoretical and methodological tool by a feminist collective from Bahia, Brazil. To this end, we carried out an account of the activities developed by the group between the years 2013 and 2017. It was possible to identify the strong affective bond established among the companions and how the intersectional discourse has been important in this process and in the actions of the Collective as a whole. It was found, therefore, that the use of this framework can be powerful in the sense of contributing to more inclusive and thus more transformative dialogues. Corroborating, still, with the idea of the extreme relevance of the articulation between academic feminism and political action, in addition to highlighting the challenges of consolidating collectives that are born in the academic sphere.

Keywords: black feminism, intersectionality, group of women

Introdução

Os séculos XIX, XX e início do século XXI têm sido marcados pela luta de classes, em prol da igualdade de gênero e étnico-racial e pelo respeito a diversidade. No entanto, atitudes e convenções sociais discriminatórias ainda são uma realidade tão persistente quanto naturalizada, em muitas sociedades¹.

O feminismo é um movimento social que tem protagonizado estas lutas. Todavia, a desconstrução da opressão de gênero não possui um molde: existem vários feminismos, e com isso diversas vertentes, perspectivas, modos de se pensar e construir a luta feminista.

Nesse sentido, compreendemos que o feminismo é um movimento social e político que versa sobre a desconstrução dos padrões machistas de uma sociedade patriarcal e por conta disso, compreende-se que a sua base política deve ser antirracista, combatente da LGBTfobia e as diferentes formas de opressão que se interseccionam e recaem sobre os grupos socialmente excluídos. Abordar estas questões de forma não fragmentada é adotar a noção de interseccionalidade².

Assim, neste trabalho apresentamos um relato acerca do processo de adoção do feminismo interseccional como ferramenta teórico-metodológica por um coletivo feminista da Bahia - Brasil, através da análise de atividades desenvolvidas, entre os anos de 2013 e 2017, período que o grupo esteve mais atuante.

Existem diferentes feminismos. Existem diferentes atuações feministas.

O Feminismo é um movimento político-social que se caracteriza pela organização das mulheres enquanto sujeitos autônomos na luta por equidade, atuantes no processo de transformação de sua condição histórica. Entendendo que em grande parte das relações entre atores sociais existem relações de poder que são exercidos em maior ou menor grau³, o movimento feminista atua de forma

¹ BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras (es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Brasília: SPM, 2009.

² AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

a conciliar teoria e prática para avançar no debate político de emancipação feminina em todas as vias possíveis, objetivando a superação das relações de poder que submetem as mulheres a uma condição subalterna.

Por se tratar de um movimento social e político composto por diferentes mulheres, que trazem consigo diferentes especificidades e trajetórias, o movimento feminista não responde a um molde, não existindo assim “o” movimento feminista e sim diferentes feminismos que dialogam entre si ou não, mas que apresentam diferenças considerando a heterogeneidade das mulheres que os compõe. Reconhecer a existência de feminismos e das diferentes atuações feministas é crucial para entender o debate da interseccionalidade, pois, essas atrizes sociais irão se articular na luta feminista através das opressões específicas ao qual são submetidas: gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, etc, como afirma Vera Soares:

Uma das principais contribuições do movimento de mulheres tem sido evidenciar a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito.⁴

Com a redemocratização do país, pós-período da ditadura militar de 1964, os movimentos sociais, bem como a esquerda brasileira, iniciam um processo de reorganização e fortalecimento. A pressão popular nas ruas do país é sentida em diferentes locais, e as mulheres marcam presença maciça nesse processo. A década de 70 fica conhecida como o momento de ebulição feminista no Brasil, pois não só o feminismo branco ressurgiu com força, como também há articulação das mulheres negras, que sentem a necessidade de construir um movimento autônomo, que abarcasse suas pautas específicas. Para as mulheres negras, que se articulavam politicamente dentro do movimento feminista e dentro do movimento negro, se fazia necessário um debate conjunto entre esses movimentos: racializar o gênero e generificar a raça⁵. Nesse sentido, Vera Soares acrescenta que:

O feminismo branco, no seu início, não viu as mulheres negras, referenciado que esteve no feminismo europeu e no viés de classe. Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que

⁴ SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela et al. (orgs.). *Mulher e Política: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 38.

⁵CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17, 2003, p. 117-132.

propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres.⁶

Os movimentos feministas atuais constituem uma dinâmica política contra a invisibilidade, sempre presente na vida das mulheres. Com isso, passa-se a entender que existem diferentes formas de opressão que recaem sobre elas, que trazem a necessidade de uma luta articulada para o combate das mesmas. É a pauta do racismo trazida pelas mulheres negras, a lesbofobia trazida pelas mulheres lésbicas, as diferentes identidades de gênero, tal qual a transgeneridade das mulheres trans e a opressão classista que recai sobre as mulheres pobres. Essas experiências não chegam de forma isolada e por isso não podem ser olhadas de forma desconexa, o que demanda o entendimento da necessidade de uma vertente teórica/metodológica e de uma prática feminista que dialogue e combata todo tipo de opressão sofrida pela mulher, que se unifica no gênero, mas não permanece apenas nele. Esses marcadores, tal qual o racismo, sexismo, xenofobia, sexualidade, gênero e outros, baseiam a vidas das mulheres, suas condições e a forma como lidam com a estrutura social e são tratadas por ela.

O que é feminismo interseccional

Entendendo que a categoria “mulher” não é universal e a forma de vivenciar o que é ser “mulher” na sociedade muda conforme os marcadores sociais que são acionados e vividos por elas, a interseccionalidade surge como um conceito-metodológico que permite enxergar e agir sobre as subordinações de forma mais prática e eficiente, pois nos auxilia no entendimento de que os problemas se constituem, na maioria das vezes, por mais de um eixo de subordinação.

Este conceito começa a ser desenvolvido e pensado a partir da declaração dos direitos humanos que falha no princípio da equidade ao tratar todos como iguais quando a estrutura social os coloca em diferentes perspectivas⁷. Assim, universalizar os direitos humanos baseados na experiência do homem branco e heterossexual faz com que outras vivências possíveis de direitos não estejam

⁶ SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela et al. (orgs.). *Mulher e Política: Gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 45.

⁷ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

contempladas dentro do chamado “direitos humanos”.

Kimberlé Crenshaw⁸, umas das pioneiras no pensamento da interseccionalidade, argumenta que a universalidade dos direitos humanos fazia com que aspectos da violência sofrida por mulheres não fossem reconhecidas como violação desses direitos por estas não serem comumente sofridas por homens. Segundo a autora⁹:

Embora a Declaração Universal garanta a aplicação dos direitos humanos sem distinção de gênero, no passado, os direitos das mulheres e as circunstâncias específicas em que essas sofrem abusos foram formulados como sendo diferentes da visão clássica de abuso de direitos humanos e, portanto, marginais dentro de um regime que aspirava a uma aplicação universal. Tal universalismo, entretanto, fundamentava-se firmemente nas experiências dos homens. Consequentemente, apesar da garantia formal, a proteção dos direitos humanos das mulheres foi comprometida à medida que suas experiências poderiam ser definidas como diferentes das dos homens.

A prática da interseccionalidade permite que fatores vistos como isolados, ou por vezes tratados como oriundo de uma única subordinação, passem a ser vistos pelo que realmente são: um cruzamento de opressões que, embora sejam distintas, não devem ser analisadas de forma isoladas. De acordo com a autora supracitada, o conceito “*busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação*”¹⁰.

O pensamento dicotômico que nos remete a pares de oposição não permite que pensemos de forma interseccional quando colocam estes pares de forma homogenia, hierarquizada e excludente. “Branco/preto”, “homem/mulher”, “positivo/negativo”. O jogo do pensamento “ou/ou” faz com que a armadilha do pensamento universal não seja questionada. Por terem diferentes vivências as mulheres de um grupo étnico, por exemplo, não possuem a oportunidade de escolher qual experiência é mais importante e qual lhe coloca numa posição social de maior desigualdade para ser combatida primeiro. Patricia Hill Collins¹¹ afirma que transcender o pensamento dicotômico do “ou/ou” para o pensamento do “ambos/e” permite, inclusive, que percebamos como podemos agir e pensar de

⁸ Ibid, p. 171.

⁹ Ibid, p. 172.

¹⁰ Ibid, p. 172.

¹¹ COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.

forma a manter a subordinação de alguém que não pertence à mesma categoria social que a nossa. A pesquisadora destaca ainda que:

Frequentemente me perguntam: “O que tem sido mais opressor para você, seu status de pessoa negra ou seu status de mulher?” O que realmente estão me pedindo é que eu me divida em pequenas caixas e hierarquize meus diversos status. Se minha experiência de opressão é um fenômeno ambos/e, porque eu deveria analisá-la de maneira diferente?¹²

A interseccionalidade tem como fundamento analisar as experiências de vida dos atores sociais como forma de analisar profundamente a opressão vivida por eles. Ambos, homens e mulheres, são atravessados por diferentes identidades, que muitas vezes se chocam e deslocam-se em diferentes direções¹³. A Interseccionalidade, através do pensamento “ambas/e”, permite capturar as consequências estruturais das opressões, a forma como elas tentam desarticular essas identidades e utilizar a junção das mesmas para o que Crenshaw chama de “desempoderamento”¹⁴.

A interseccionalidade para além de uma teoria e de um conceito, é compreendida como uma metodologia e possui dentre suas principais intelectuais as autoras Kimberlé Crenshaw, Audre Lorde, bell hooks¹⁵, Patrícia Collins, Angela Davis, Gloria Anzaldúa e outras teóricas ligadas ao feminismo negro e decolonial¹⁶.

Assim, a interseccionalidade tem sido entendida por nós como uma teoria, forma de enxergar a realidade, mas também como uma metodologia para interpretar e intervir no mundo.

Ação política e saber acadêmico na trajetória do Coletivo

A formação do Coletivo Feminista Laudelina de Campos Melo (CFLCM) iniciou em 2013, quando diversas mulheres estudantes, muito atuantes na militância do movimento social, em especial, no movimento estudantil, em Diretórios/Centros

¹² COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015, p. 18.

¹³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

¹⁴ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

¹⁵ Batizada como Gloria Jean Watkins, adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks. Para a autora, o mais importante em seus livros é a substância e não quem ela é, por isso, bell hooks escreve seu nome desta forma: somente com letras minúsculas.

¹⁶ RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de Interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10. *Anais Eletrônicos*, Florianópolis, 2013.

Acadêmicos (DA/CA) e Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Bahia, Brasil, sentiram a necessidade de fortalecer a luta feminista, formando um grupo voltado para questões específicas.

Nas rodas de conversa iniciais foi decidido homenagear a líder feminista Laudelina de Campos Melo, militante brasileira, referência no combate ao racismo e na luta pelos direitos das empregadas domésticas. E assim, no dia 08 de setembro de 2013 definiu-se por sua fundação. Um coletivo formado por mulheres com diferentes trajetórias, vivências e todas comprometidas na construção de um outro mundo possível. Sendo definidos que os principais objetivos do coletivo seriam: (1) fortalecer o vínculo entre as companheiras; (2) desenvolver momentos de formação e empoderamento feminino; (3) atuar em diferentes espaços, pautando a luta das mulheres contra todos os tipos de opressão.

A preocupação prioritária, desde a fundação, estava relacionada com o empoderamento individual e com a ação política. Assim, foi decidido que as rodas de conversa, os encontros do grupo, estariam focadas em debates e estudo coletivo sobre os diferentes tipos de opressão à mulher e também para tentar construir um diálogo aberto entre a universidade e a comunidade, visando desenvolver diferentes tipos de ação. Foi delineado, neste contexto, como compromisso do coletivo a realização do I Seminário de Mulheres da Universidade Estadual de Santa Cruz (SEMU), que teve como tema "*Desafios da luta feminista: porquê e para que lutamos*" que ocorreu ainda em 2013.

As marcas da interseccionalidade estiveram presentes no I SEMU, principalmente, pelo caráter plural e dialógico dos espaços, com mulheres representantes dos povos indígenas, do campo e de diferentes vertentes e coletivos feministas. Cabe destacar aqui também a preocupação com a representatividade das mesas, dando protagonismo para vozes muitas vezes silenciadas nas universidades brasileiras.

Em 2014, realizamos oficinas em escolas públicas, o II SEMU, com o tema "*Desafios e perspectivas do feminismo na educação*" e em 2015 o III SEMU, com o tema "*Assédio Sexual Em Instituições Educacionais: Não Ao Silenciamento*". Todas as atividades tiveram uma participação expressiva de mulheres, gerando espaços de debates muito relevantes em que sempre foram discutidos temas articulados com análises de gênero, raça e classe.

Importante destacar ainda que entre 2013 e 2015, realizávamos encontros periódicos para discussão de textos e participávamos de diferentes espaços, como a Marcha das Vadias, compondo mesas e palestras, realizando atividades em escolas etc. Além disso, alimentávamos nosso blog (cflaudelina.blogspot.com) e nossa página no Facebook com conteúdo informativo e reflexivo. Nos organizávamos através de rodas de conversas, que ocorriam por volta de duas vezes por mês. Além disso, mantínhamos um diálogo diário através das redes sociais (o que se mantém até os dias atuais).

Desde a sua formação, o coletivo teve a preocupação de não ficar aprisionado aos muros da universidade, assim tomamos a iniciativa de divulgar bastantes nossas rodas de conversa para agregar novas companheiras, e esses encontros aconteciam em um ambiente externo à universidade, muitas vezes, na casa de companheiras. Além disso, da realização das oficinas supracitadas. O diálogo interseccional permitia que compartilhássemos sobre nossas experiências de uma maneira não homogeneizante, não focávamos apenas nas nossas experiências comuns, mas também no que poderíamos aprender com as companheiras que eram atravessadas por diferentes formas de opressão. Isso, juntamente, com um ambiente familiar, acolhedor, contribuiu para a criação de um vínculo muito forte. Acreditamos, assim como bell hooks¹⁷ que:

A sororidade feminista está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma. Solidariedade política entre mulheres sempre enfraquece o sexismo e prepara o caminho para derrubar o patriarcado. É importante destacar que a sororidade jamais teria sido possível para além dos limites de raça e classe, se mulheres individuais não estivessem dispostas a abrir mão de seu poder de dominação e exploração de grupos subordinados de mulheres. Enquanto mulheres usarem poder de classe e de raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo.

Em 2017, o coletivo desenvolveu o projeto “Ser Mais: oficinas interseccionais de empoderamento feminino e novas masculinidades” tinha como proposta promover atividades em prol de um mundo livre de opressões de gênero, raça, classe e outras. Neste momento, os estudos permitiram um planejamento mais sistemático em volta do referencial teórico-metodológico do feminismo

¹⁷ HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 5ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. Tradução Ana Luiza Libâneo.

interseccional, em vistas a estimular a compreensão de como as opressões se relacionam entre si e interferem na vida das pessoas e de cada mulher, que acaba assim por experimentar a opressão de gênero a partir de um ponto de vista único.

Durante este projeto realizamos duas oficinas em uma instituição de ensino superior, uma oficina com crianças em um bairro periférico e nove oficinas em uma escola pública de ensino médio, além de mesas-redondas, na cidade Itapetinga – Bahia, onde uma das companheiras estava residindo no momento.

As oficinas realizadas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia tiveram como tema “Feminismo pra quê?” em que destacamos a relevância da luta feminista no combate as opressões. Já com as crianças fizemos leitura de livros destacando o protagonismo de crianças negras e ensinamos a fazer as bonecas Abayomi destacando-as como símbolo de resistência e poder feminino. Meninos e meninas brincaram com uma boneca, que é cheia de significados e propiciaram muitos diálogos interessantes com as crianças. As oficinas na escola tiveram como tema também o empoderamento das mulheres negras, através de oficinas de turbantes e também oficinas sobre mulheres negras na história. O projeto Ser Mais foi bastante importante na consolidação do que acreditamos que pode ser a utilização do feminismo interseccional.

A partir de 2018, as companheiras, a maioria distantes geograficamente, começaram a atuar individualmente ou se unindo a outros grupos. Estas mantêm ainda uma conexão entre si, mantida pela amizade e companheirismo construído, com a manutenção dos diálogos mantidos pelas redes sociais.

Considerações finais

A análise da atuação do coletivo durante o período permitiu identificar o forte vínculo afetivo estabelecido entre as companheiras e como o discurso interseccional parece ter sido importante nesse processo e nas ações do Coletivo como um todo.

Acreditamos que a utilização deste referencial pode ser poderosa no sentido de contribuir para diálogos mais inclusivos e assim mais transformadores. Corroborando, ainda, com a ideia da extrema relevância da articulação entre o feminismo acadêmico e a ação política. Destacamos ainda os desafios da consolidação de coletivos que nascem no âmbito acadêmico.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

BARRETO, Andreia; ARAÚJO, Leila; PEREIRA, Maria Elisabete. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras (es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Brasília: SPM, 2009.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 2003, p. 117-132.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 5ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. Tradução Ana Luiza Libâneo.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de Interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10. *Anais Eletrônicos*, Florianópolis, 2013.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Ângela et al. (orgs.) *Mulher e Política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 33-54.

Priscila Silva de Figueiredo: Licenciada em Ciências Biológicas pela UESB e mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA. Atuei como professora da educação básica e, desde 2013, sou professora da UESB e integrante do Coletivo Feminista Laudelina de Campos Melo. Em 2017 ingressei no Núcleo de Permacultura Sete Cascas e, atualmente, sou doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

Valéria Soares Martins: Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Santa Cruz e atuo como professora de Sociologia do Colégio Estadual Octacílio Manoel Gomes

e produtora cultural no Vacas de Divinas Tretas. Integro o Coletivo Feminista Laudelina de Campos Melo desde 2013. Atualmente curso especialização em Gestão Cultural.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado sob uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 27 de maio de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 30 de setembro de 2020.